

## PARQUES URBANOS, POPULAÇÃO E EXCLUSÃO EM SÃO PAULO

Brenno Vitorino Costa<sup>1</sup>

Luiz Octávio de Lima Camargo<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo apresenta um estudo exploratório-descritivo sobre a distribuição dos parques urbanos municipais na cidade de São Paulo, relacionando essa distribuição com as áreas de inclusão e exclusão do município. Para tanto, após contextualizar a urbanização e a exclusão, este estudo traz contribuições teóricas sobre a gênese das áreas verdes, desde os primeiros surgidos no século XIX até a forma como urbanistas entendem hoje sua inserção no espaço urbano. Pôde-se constatar que há uma progressiva diminuição da oferta de áreas de parques urbanos, tanto em termos de área como de distribuição espacial, à medida que caminha do centro para as periferias da cidade, mais uma evidência de que o acesso ao lazer é mais uma pista para os estudos de exclusão.

**Palavras-chave:** Lazer; parques urbanos; exclusão; São Paulo.

Ao definir o lazer como um dos direitos sociais da população, o artigo 6º da Constituição Federal brasileira evidencia o papel do poder público no provimento de espaços para prática do lazer. Embora não seja o único responsável, o Estado tem o dever e condições privilegiadas para propor e decidir sobre alternativas de uso de espaços urbanos.

Em uma metrópole como São Paulo, o desafio é enorme. Já existem jardins públicos, parques urbanos, museus, centros culturais, centros educacionais e esportivos, entre outros. Infelizmente, esses equipamentos não se mostram suficientes para atender a seu vasto contingente populacional. A situação mostra-se ainda mais crítica ao se considerarem as desigualdades

---

<sup>1</sup> Mestrando pela Universidade Anhembi Morumbi e Especialista em Ecoturismo pelo SENAC-SP.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi

entre os diferentes bairros do município, refletidas não somente nas condições socioeconômicas de seus moradores, mas também na oferta de serviços públicos.

O objetivo desta reflexão é contribuir para o entendimento da distribuição de *parques urbanos municipais* na cidade de São Paulo como um campo adicional da exclusão social. Para ilustrar essa relação entre acesso a parques municipais e lazer através da quantidade de parques municipais e a exclusão, fez-se uso do conhecido Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, projeto coordenado por Aldaíza Sposati (PUC/SP).

### **Crescimento populacional e exclusão em São Paulo**

O município de São Paulo configura um caso singular de metropolização em poucas décadas. Em pouco mais de cem anos – de uma vila até a metade do século XIX até os dias atuais – a cidade transformou-se na quarta cidade mais populosa do mundo, com 11.057.629 milhões de habitantes em 1.509 km<sup>2</sup>.

Vários fatores históricos podem explicar o rápido crescimento populacional do município (SÃO PAULO, 2007). Com o sucesso da lavoura de café e com a proibição do tráfico negreiro em 1.850, capitais dos ricos paulistanos saíram da economia informal para a formal. A industrialização, implantada pioneiramente na cidade por esses mesmos motivos, provocou o influxo de migrantes europeus. Estes, trabalhando de início na lavoura de café e, a partir do final do século XIX, conferiram pouco a pouco a fisionomia cosmopolita que hoje ostenta.

Até 1930, a organização urbana no Brasil foi uma herança direta da colonização, acompanhado as atividades econômicas e a localização do poder político-administrativo. Dessa forma, as cidades eram resultantes da instalação dos serviços do governo e das atividades econômicas, priorizando sempre a exportação (SANTOS 1967).

A partir da década de 1940, ocorrem mudanças significativas na organização urbana brasileira, causadas por três razões principais: o aumento acelerado da população, formas induzidas de desenvolvimento industrial

mundial e crescimento industrial do país (SANTOS 1967). A industrialização concentrou nas metrópoles as oportunidades de trabalho, e esse contingente populacional deslocou-se a ela em busca de oportunidades de trabalho e renda. Em 1940, a população urbana correspondia a 36,16% da população brasileira, em 1960, 45% e hoje soma 80% da população geral (SANTOS 1967; IBGE, 2010).

Esse processo, principalmente nas grandes metrópoles, produziu um cenário desigual, em que o acesso à moradia, a serviços públicos – de educação, lazer, saúde, transportes, etc. – e ao emprego são concentrados em determinados bairros. Trata-se do que Kowarick (2003, p. 22), define como espoliação urbana, isto é,

[...] a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.

Ao contrário do que se deveria esperar, o investimento público prioriza as áreas em que vivem e trabalham grupos de renda média e alta, ocasionando um processo de contradições urbanas, uma vez que o investimento público em bens de consumo coletivos não visa à grande massa de trabalhadores (KOWARICK, 2003).

Essa ausência ou precariedade de políticas sociais, somadas ao nível de qualificação profissional dos cidadãos, a fatores biológicos como sexo e idade, aos impactos do retrocesso da economia e ao descompasso entre a remuneração e a produtividade do trabalho produz a exclusão social (KOWARICK, 2003).

Na cidade de São Paulo, a distribuição dos equipamentos de lazer evidencia a exclusão social. Para Botelho (2004), por exemplo, a distribuição dos equipamentos culturais revela uma cidade desequilibrada, não só em relação ao espaço, mas à disponibilidade de tempo livre para usufruto do lazer. Nos itens seguintes, procura-se refletir sobre como isso se manifesta, especificamente, em relação aos parques urbanos municipais do município.

### **Parques públicos: origens e características**

Na Inglaterra, surgem as primeiras teorias e práticas sobre a implantação de parques. O *Hide Park*, terreno de caça da monarquia, foi paulatinamente aberto e entregue aos moradores de Londres, no início do séc.XIX, medida que Napoleão III repetiu em seguida na França, ao doar também, em 1850, seu território de caça para a implantação do *Bois de Boulogne*.

O pioneirismo inglês não se limitou à adaptação do jardim paisagístico (...) no atual parque público urbano. Tão importante quanto a isto foi o caráter social que a Inglaterra imprimiu às áreas verdes, transformando-as em “parques públicos”. (Bartalini, 1999, p.6)

Sobre este pioneirismo inglês, assim se expressa Panzini

Aquele espaço urbano usado pelas classes abastadas para realizar o rito social de encontrar-se e exibir-se, lugar prazeroso onde a vegetação tem a função cenográfica de refinar e refrescar o lugar, adquire na Inglaterra um caráter utilitarista; ao ambiente natural da cidade é atribuída a função de prover e restaurar a função psíquica do trabalhador, colocada numa profunda crise pelas modalidades de vida e trabalho na cidade da Revolução Industrial(1993, p.149)

Ademais, devem-se mencionar as funções e os tipos de parques urbanos. Isto porque notadamente as reportagens em jornais e revistas fazem menção a um suposto critério da Organização Mundial da Saúde que estabelece uma média de 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante. Ainda que esse critério faça sucesso na mídia ou exatamente por isso, deve-se mostrar seu equívoco. Mais do que a área por habitante, o que importa é a proximidade. Desde a década de 1970, urbanistas tem apontado a necessidade de diferentes funções sociais, tipos e áreas de influência (Coronio, 1976; p.35):

- Áreas de condomínio e de vizinhança, de área reduzida para a parcela da população de mobilidade urbana reduzida, como bebês e crianças, idosos e deficientes em geral, notadamente para espalhar, tomar sol, etc.
- Áreas de bairro que, além de servir à vizinhança como os anteriores, destinam-se a jovens e adultos em busca de exercitar-se fisicamente, participar de pequenos eventos e programações, etc.
- Espaços urbanos, que, além de cumprir as funções dos equipamentos anteriores, destinam-se a famílias e casais, sobretudo em fins de semana, interessadas no convívio em meio a uma natureza domesticada

- Espaços metropolitanos necessários sobretudo em áreas conurbadas, mais prejudicadas pela monotonia da paisagem, para contato com a natureza virgem<sup>3</sup>.

### Classificação dos espaços verdes segundo o tipo e área de influência

Localização	Tipos de instalações	Área de influência
Condomínios (200 a 500 unidades)	Área de jogos e brincadeiras infantis Áreas de descanso para idosos Gramados decorativos	30 a 100 m
Vizinhança (1.000 a 1.200 unidades habitacionais)	Parques infantis Áreas de jogos livres Jardins e praças públicas Pistas de caminhada Parques de vizinhança	250 a 300 m
Bairro (4.000 a 5.000 unidades habitacionais)	Jardins públicos Áreas de jogos e de passeios Áreas esportivas Pistas de caminhada Parques de bairro	500 a 800 m
Cidade (cada 500 mil habitantes)	Parques verdes (natureza domesticada) Parques de atrações Equipamentos esportivos polivalentes Jardins botânicos/zoológicos Parques urbanos	800 a 2.000 m
Área metropolitana	Parques metropolitanos Hipódromos Áreas de lazer ao ar livre Florestas abertas ao passeio Áreas de <i>camping</i> e <i>caravaning</i>	Acima de 2.000 m

Fonte: CORONIO&MURET. Loirs: guide pratique dès équipements. Paris: CRU,1976

Nas estatísticas municipais, não há distinção entre esses tipos de áreas verdes. Ademais, incluem canteiros das avenidas, áreas livres inacessíveis, como a que margeiam os rios e córregos da cidade. O que seria, então, o parque urbano, objeto de nossa reflexão. Para Macedo e Sakata é

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura constituída em seu entorno (2010, p.14),

Frederick Law Olmsted, idealizador do Central Park de Nova Iorque, defendia que os parques urbanos constituem um ponto de encontro para todos os cidadãos (MACEDO; SAKATA, 2010). Nesse sentido, desempenham um

<sup>3</sup> Aqui não serão mencionados os Parques Estaduais, não apenas por situarem-se fora dos limites da cidade, bem como por não serem inteiramente abertos à frequência da população.

importante papel de sociabilização nas cidades ao ampliarem o olhar de seus visitantes, evocarem idéias de abertura e liberdade associadas a uma memória pessoal e coletiva repleta de emoção e afetividade (SCHREIBER, 1997, p.150).

Para que isso se concretize, os parques urbanos devem estar em locais de fácil acesso e, numa metrópole com as dimensões de São Paulo, devem atender a milhares de visitantes diários em suas diferentes regiões. É de se esperar, portanto, que haja uma rede de parques que possibilite não apenas a escolha entre vários, mas que se possa usufruir o lazer numa distância digna a partir da própria residência.

### **Parques urbanos em São Paulo**

As últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX viram a criação de apenas duas áreas verdes: o Jardim da Luz e o Parque da Várzea do Carmo, que podem ser consideradas as mais importantes intervenções do poder municipal no suprimento de áreas verdes de recreação até a inauguração do Parque Ibirapuera, já em 1954. Os parques municipais criados nesse meio tempo (Trianon, Buenos Aires e Aclimação) saíram do papel muito mais pela participação da iniciativa privada da época que pelo esforço da prefeitura (BARTALINI, 1999).

Ainda que vários projetos urbanos destacassem a necessidade de áreas verdes para a cidade, as iniciativas para o lazer em parques públicos municipais continuavam conservadoras. Dos anos 1930 até meados da década de 1960, a população de São Paulo multiplicou-se por seis, e a área urbanizada cresceu quatro vezes, sem que houvesse qualquer plano para áreas verdes de recreação. Embora existisse uma obrigação legal de se doar uma porcentagem da área dos loteamentos para áreas verdes, a prefeitura não fazia a necessária fiscalização (BARTALINI, 1999).

Na década de 1970, a prefeitura tomou iniciativas de aumentar a oferta de áreas verdes, mesmo sem um plano específico, aproveitando áreas, em geral, eram remanescentes de antigas chácaras ou congregações religiosas, já extensamente arborizadas e que não precisavam de mais do que alguns

equipamentos como brinquedos e quadras poliesportivas para o uso recreativo (BARTALINI, 1999).ou seguia-se a determinação pessoal do prefeito da época.

Depois da década de 1970, outro hiato se formou na criação de parques, interrompido com a criação de vários pequenos parques municipais entre 1989 e 1992. A cidade teve apenas algumas iniciativas esparsas até a criação do projeto “100 parques para São Paulo”, em 2008. O projeto tem como meta um total de 100 parques implantados até 2012, numa área total de 50 milhões de metros quadrados. Se a meta se concretizar no prazo estabelecido, cada morador de São Paulo terá à sua disposição, teoricamente, 4m<sup>2</sup> de área verde em *parques municipais*.

### **Análise dos dados: os parques municipais de São Paulo e a população**

O interesse principal da adoção da matriz de exclusão de Sposati deve-se ao fato de privilegiar a inserção dessas áreas no espaço urbano. Com isso, assume o ponto de vista segundo qual a exclusão não acontece apenas do ponto de vista socioeconômico, de gênero, de idade, de escolaridade e de acessibilidade a pessoas deficientes. Na verdade, outros estudos já demonstraram que a exclusão no lazer é maior sob este critério geográfico que os demais. Um empresário morando na periferia da Região Metropolitana tem menos acesso aos bens culturais da metrópole do que um indivíduo pobre que mora em bairros culturalmente mais ativos.

São Paulo apresenta, atualmente, 17.984.618 m<sup>2</sup> em área de parques urbanos municipais, o que corresponde a 1,63 m<sup>2</sup> por habitante. Além disso, conta com 10.000.000 m<sup>2</sup> de áreas protegidas em parques estaduais. Somadas essas áreas, São Paulo tem 58m<sup>2</sup> de área verde por habitante, o que não corresponde à realidade, ao menos no que diz respeito ao lazer, pois apenas uma parcela muito pequena dessas áreas está aberta ao uso público e/ou tem acesso facilitado.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de parques por subprefeitura do município, a área compreendida por esses equipamentos, a população por subprefeitura e o índice de área verde por pessoa em parques urbanos municipais.

Tabela 1 – Relação entre área em parques municipais e população por subprefeitura

Área dos parques e população por subprefeitura				
Subprefeitura	Parques	Área (m <sup>2</sup> )	Pop.	(m <sup>2</sup> /hab.)
Aricanduva	1	70.000	253855	0,28
<b>Butantã</b>	<b>7</b>	<b>1.433.288</b>	<b>383061</b>	<b>3,74</b>
Campo Limpo	4	440.332	590602	0,75
Capela do Socorro	2	100.643	696941	0,14
Casa Verde	0	0	313666	0,00
Cidade Ademar	0	0	406871	0,00
Cidade Tiradentes	3	895.200	219868	4,07
Ermelino Matarazzo	1	5.000	210263	0,02
Freguesia	0	0	418170	0,00
Guaianases	0	0	296509	0,00
Ipiranga	1	161.300	425451	0,38
Itaim Paulista	4	158.738	403512	0,39
Itaquera	2	1533000	528543	2,90
Jabaquara	2	46300	212504	0,22
Jaçanã/Tremembé	0	0	278567	0,00
Lapa	2	112186	265537	0,42
M'Boi Mirim	0	0	553384	0,00
Mooca	1	97200	296184	0,33
Parelheiros	1	16000	156392	0,10
Penha	2	324400	472266	0,69
Perus	1	9500000	138268	68,71
Pinheiros	3	196000	257722	0,76
Pirituba	7	578116	450297	1,28
Santana	1	23700	303173	0,08
Santo Amaro	2	68900	219659	0,31
São Mateus	0	0	436195	0,00
São Miguel Paulista	2	95600	414786	0,23
Sé	3	250600	346512	0,72
Vila Maria	3	224115	284494	0,79
Vila Mariana	1	1584000	295719	5,36
Vila Prudente	2	70000	528658	0,13
Com parques	58	1798468	8354267	2,15
Sem-Perus	57	8484618	8215999	1,03
Total Geral	58	17984618	11057629	1,63

Fonte: São Paulo (2010), Whately (2008), Kliass (1993)

Deve-se atentar para o fato de um único Parque (Anhanguera) ser responsável por quase metade da área de São Paulo em parques municipais. Logo, o índice de 1,63m<sup>2</sup> é relativo e não foi ainda minimizado pelas áreas recentemente criadas, tendo apenas recuperado parcialmente o aumento da população durante o século XX. Nota-se ainda que sete (Casa Verde/Cachoeirinha, Cidade Ademar, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Jaçanã/Tremembé, M'Boi Mirim e São Mateus) das 31 subprefeituras não tem qualquer parque municipal em sua área, e nelas moram mais de 2,5 milhões de pessoas. Trata-se de áreas periféricas da cidade, com uma população majoritariamente de classes C, D e E, ou seja, exatamente aquela que mais necessita de políticas sociais para o lazer. Isso não quer dizer que esses moradores estão alijados do contato com o verde, uma vez que as praças municipais, em sua maioria, não entram na conta das áreas verdes da cidade,



e não se aborda, neste trabalho, a existência de espaços como os Clubes Escola.

A inexistência de parques municipais em sete subprefeituras e os baixíssimos índices de área verde por habitante em subprefeituras populosas como as de Campo Limpo, Capela do Socorro e Vila Prudente demonstram que há um processo histórico de exclusão – não apenas econômica, mas também do lazer – de grandes massas populacionais nos extremos da cidade de São Paulo.

Por outro lado, mesmo bairros centrais e tidos como privilegiados nos critérios de inclusão social não podem ser considerados supridos desse tipo de área verde. Nesse caso, como alguns são de ocupação mais antiga, a vegetação foi substituída pelas construções em concreto, impossibilitando ou dificultando, há décadas, o estabelecimento de novos parques urbanos.

Para ilustrar essa relação entre acesso ao lazer através da quantidade de parques municipais e a exclusão, fez-se uso do “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo”, que é parte de um projeto de pesquisa coordenado por Aldaíza Sposati, professora titular da PUC/SP, especialista em Políticas de Assistência Social.

O Mapa hierarquiza os 96 subdistritos municipais quanto ao grau de exclusão/inclusão social, com base em dados dos censos demográficos e de diversas estatísticas municipais. Para identificar a exclusão, criou-se um índice medido em quatro dimensões: autonomia (renda dos chefes de família e oferta de emprego); qualidade de vida (acesso a serviços básicos, densidade habitacional e conforto domiciliar); desenvolvimento humano (nível de escolaridade dos chefes de família, longevidade, mortalidade infantil e juvenil e violência), e equidade (grau de concentração das mulheres como chefes de família). A cada indicador foram atribuídas notas decimais positivas ou negativas, variando de -1 a 1. Na figura 1 os tons azulados indicam a inclusão (notas positivas), e os que variam de amarelo a marrom, a exclusão. A figura 2, por sua vez, apresenta o mapa com as áreas verdes do município de São Paulo, em diversas categorias.

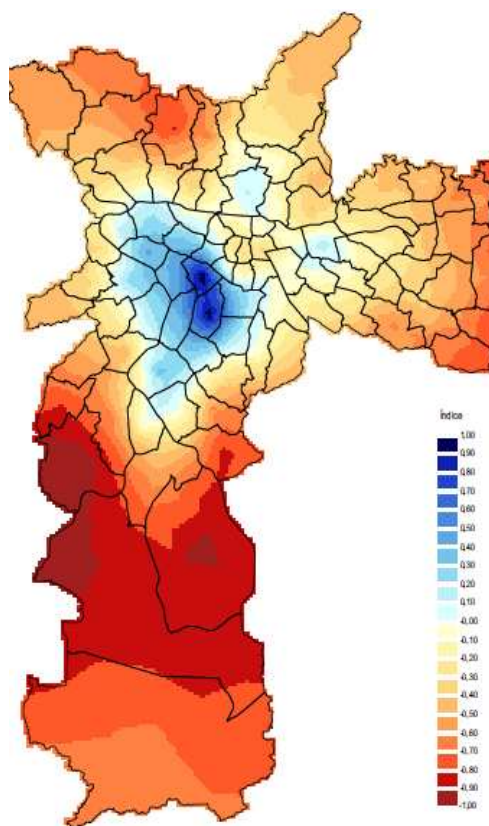


Figura 1 – Mapa da Exclusão – São Paulo  
Fonte: SÃO PAULO, 2002.

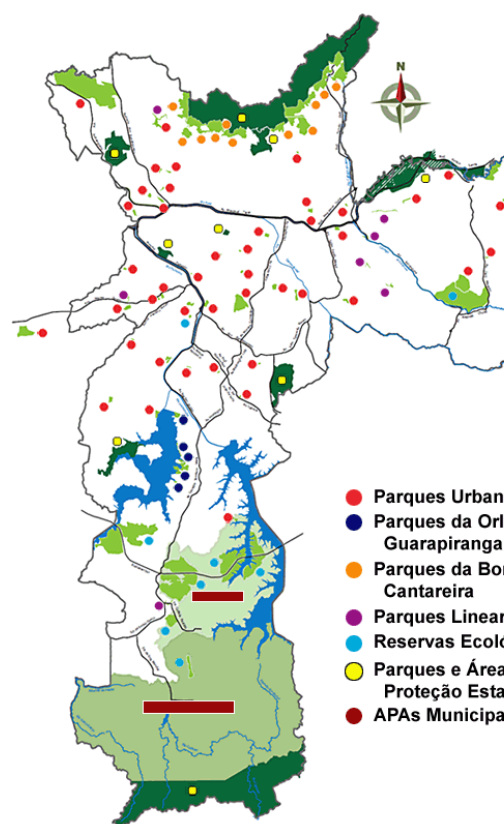


Figura 2 – Mapa das áreas verdes de São Paulo  
Fonte: SÃO PAULO, 2010.

Nota-se que o maior número de parques urbanos (representados pelas bolinhas vermelhas da figura 2) está exatamente nas áreas em azul do Mapa da Exclusão, ou seja, atendem públicos de maior qualidade de vida, e onde de fato estão alguns dos bairros mais tradicionais e elitizados da cidade, como Jardins, Higienópolis e Moema.

É importante dizer que, nas áreas em que aparentemente há uma grande extensão de áreas verdes (extremos Norte e Sul), trata-se de unidades de conservação, em que a prática do lazer é proibida ou é restrita a pequenos espaços, não resolvendo o problema da exclusão que se verifica nestas áreas. Além disso, há algumas concentrações de parques recém criados nas bordas da Serra da Cantareira (ao Norte, bolinhas laranja) e da Represa de Guarapiranga (bolinhas azul escuro) mas, em que pese o uso recreativo, fica claro no material da prefeitura (SÃO PAULO, 2010) que a função desses parques é a de criar uma “zona de amortecimento” entre Áreas de Preservação Permanente e a ocupação urbana.

Pior é perceber, ainda pela leitura dos materiais da prefeitura e de Whately (2008), que a expansão das áreas verdes tem muito mais relação com a redução das chamadas “ilhas de calor” e a adequação da cidade a acordos internacionais como o Protocolo de Kioto do que com a expansão da oferta de áreas verdes de lazer. Até mesmo a atração de investimentos é colocada como um motivo para a criação de parques!

Não que o lazer e a recreação tenham sido deixados de lado, pelo contrário, afinal os novos parques contam com equipamentos como quadras poliesportivas e brinquedos, dentre inúmeros outros elementos, mas a aparente falta de comunicação e articulação entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA, que cria e administra os parques municipais) e a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação diz tudo. Não há qualquer menção a esta última em qualquer material referente aos parques urbanos de São Paulo. Mesmo as atividades existentes nos parques são todas coordenadas pela SVMA, o que parece um contra-senso.

### **Considerações finais**

Em que pesem as recentes iniciativas para a implantação de parques urbanos na cidade de São Paulo, elas são insuficientes para reparar uma histórica negligência da prefeitura municipal no provimento de áreas públicas de lazer.

Mesmo ao final do programa “100 parques para São Paulo”, fica claro que a quantidade de parques municipais ainda será insuficiente para atender os mais de 11 milhões de moradores do município, pois alguns têm de se deslocar por muitos quilômetros para ter acesso a alguma dessas áreas.

O processo de periferização da população de São Paulo leva à necessidade de um novo paradigma no planejamento da construção de espaços públicos de lazer e recreação. Esse paradigma, na verdade, já deveria existir, pois a área do município é a mesma há pelo menos três décadas e nesse período já havia pessoas morando nos bairros mais distantes do centro. Entretanto, como se pôde ver, a distribuição dos equipamentos de lazer públicos, com destaque para os parques urbanos, continua a ser falha.

Somente uma política perene de proteção às áreas de mananciais, de regularização de loteamentos clandestinos, de ocupação racional dos espaços ainda pouco urbanizados e, principalmente, de estabelecimento de áreas verdes de lazer e recreação levará a este novo paradigma para os parques urbanos municipais na cidade de São Paulo e, assim, contribuir para a redução da desigualdade social.

### Referências bibliográficas

- BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo* Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: NERU, v.23, n.43-44, jan/dez, 2003.
- BURJATO, Ana Lúcia Pinto de Faria. *Parques acessíveis - um direito de cidadania: o caso do parque Villa Lobos*. 2004. 248 f. Dissertação (Mestrado). FAU
- CORONIO&MURET. *Loisirs: guide pratique des équipements*. Paris: CRU, 1976
- IZIQUE, Cláudia. Mapa da exclusão. *Revista Fapesp*, São Paulo, n. 83, jan. 2003.
- KLIASS, Rosa Grená. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.
- MACEDO, SAKATA e GRAMACHO. *Parques urbanos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- SCHREIBER, Yara. *Domingo no parque: um estudo da relação homem-natureza na metrópole paulistana*. 1997. 170 f. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP, 1997.
- WHATELY, Marussia et al. *Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para a gestão*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- FAU, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2004.
- IBGE. [www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355030#>](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355030#>). Acesso em: 10.12.10
- OBSERVATÓRIO Cidadão Nossa São Paulo. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br..>> Acesso em: 12 dez. 2010.
- SÃO PAULO (Município). Infocidade. Disponível em: <[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7\\_populacao\\_recenseada\\_projetadatas\\_de\\_c\\_1950\\_638.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_projetadatas_de_c_1950_638.html)>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. *Guia dos parques municipais de São Paulo volume 2*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2010.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano. *Histórico demográfico do município de São Paulo*. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/index.php](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php)>. Acesso em: 11 dez. 2010.
- SÃO PAULO (Município). Mapa da Exclusão/Inclusão. 2002. *Município em mapas*. Disponível em: <[http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/intro\\_ei.pdf](http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/intro_ei.pdf)>. Acesso em: 10 no